

Aqui falamos, esta comissão, esta ilustre comissão está examinando o Ninho do Urubu. Por que só chegaram depois lá? Que negligência. Que prevaricação. Por que os senhores deixaram de fiscalizar o Ninho do Urubu? Por quê? Porque é o meu Clube de Regatas do Flamengo, meu clube, o maior clube do mundo. Lá o senhor não vai? Lá os senhores não vão? Vão atrás da pobreza e da miséria. Pobreza, miséria, que não é maior do que qualquer casa de comunidade. E também, em qualquer casa de comunidade o senhor vê piores fotos do que a que o deputado Rodrigo Amorim colocou aqui ali. E o risco dessas comunidades, os senhores não veem isso? Os senhores não enxergam isso? Os senhores vão atacar as mulheres pobres que necessitam desse tipo de trabalho. A rede municipal de saúde, o senhor sabe que não tem alvará. Por que os senhores não fecham todos os PAMs? Por que os senhores não fecham todos os hospitais, todos os teatros do Rio de Janeiro, inclusive o Theatro Municipal? A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, isso tudo, por quê? É negligência do Corpo de Bombeiros? É improbidade do Corpo de Bombeiros? Por que os senhores não fecham a boate Vogue? Só tem riquinho lá. Lá a carne não é barata não, a carne de lá é cara. E lá os senhores não vão.

O Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça não tem alvará do Corpo de Bombeiros. E o senhor falou aqui: alguma parte da Vila Mimosa não pode ser regularizada, porque a construção é muito complexa e depende de autorizações. O Tribunal de Justiça jamais terá essa autorização, porque foi construído em cima de uma praça pública. Uai, que cegueira é essa? Cegueira seletiva? O Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Villa Lobos, o Museu Chácara do Céu, o Museu do Açude, tudo isso está funcionando sem alvará do Corpo de Bombeiros. E os senhores disseram aqui, e é verdade, que não foi cumprida a primeira interdição. Ora, os senhores também interditaram o Centro Comercial da Uruguaiana, está funcionando lá. O que os senhores fizeram? Está funcionando, descumprindo a interdição que os senhores fizeram. O Centro de Uruguaiana, que por lá circula muito mais gente do que em Vila Mimosa. Ah, as meninas estariam milionárias se circulassem na Vila Mimosa o número de pessoas que estão circulando no Centro Comercial de Uruguaiana é interditado pelos senhores. Mas não cumpriram essa interdição.

Eu sugiro a esta ilustre comissão que o coronel Robadey venha aqui pessoalmente, seja intimado para prestar contas da sua prevaricação. E anúncio: está sendo providenciada uma ação por prevaricação contra o coronel Robadey, porque ele está fazendo uma fiscalização seletiva. Ele está fiscalizando os pobres, os pobres. E o senhor teve a osadade de propor um TAC exigindo, caso haja o descumprimento do TAC, uma multa de 500 mil reais. Onde que o senhor acha que essas meninas vão achar 500 mil reais? Nem dando até o ano 3.000. (risos e palmas). Não tem jeito, 500 mil reais de multa por um TAC; isso é um absurdo, isso é para inviabilizar. Isso é para retirar o trabalho das meninas.

E aqui, srs deputados, a nossa fala não é como desembargador; a nossa fala é porque eu sou um juiz voltado para as causas dos direitos humanos. Eu pertenço à Associação dos Juizes pela Democracia, e aqui estou representando esta nobre associação. E quando os senhores... E aqui está presente a nossa coordenadora, dra. juíza Roberta, que é quem nos comanda aqui no Rio de Janeiro. Essa associação é uma associação nacional; aliás, ela é internacional, ela tem em diversos países. E quando os hipócrites e fariseus apresentaram a Jesus, se há algum fundamentalismo nessa ação... Aliás, a oficial que foi lá fiscalizar as meninas na Vila Mimosa, foi com uma Bíblia debaixo do braço, dizendo para as meninas: vocês não podem ficar nessa vida. Quem é ela? Quem é ela para dizer às meninas que não podem ficar nessa vida? A vida escolhe. As meninas escolhem o que fazer. Elas têm autonomia, elas têm liberdade.

Houve, sim. Foi uma oficial que foi lá fazer pregações para as meninas, para que elas saiam dessa vida. Não tem que sair da vida, não. Elas saem da vida se quiserem e se o poder público der a elas condições. Então é por isso, que eu estou citando a Bíblia, porque quando hipócrites e fariseus apresentaram a Jesus uma mulher adúltera, ou seja, uma mulher prostituta, Jesus perguntou a todos, e eu pergunto a todos os senhores, a mesma pergunta que fez Jesus: aquele que não tiver pecado, sobretudo o Corpo de Bombeiros, atire a primeira pedra. Atire a primeira pedra. (Palmas). E sabem o que aconteceu? Todos saíram cabisbaixo, como os senhores sairão daqui se não resolverem esse problema de ordem social; se os senhores continuarem aplicando normas e regras sem o coração na mão e sem o olhar social que necessita essa causa. Os senhores sairão assim tão cabisbaixos quanto os hipócrites e fariseus daquele tempo.

E só para concluir, a prostituição não tem classe social não. Uma das últimas primeiras-damas que nós tivemos, ela exigia do seu marido governador joias caras e sapatos Louboutin. Isto é um ato de prostituição. E muitas outras, muitas outras de Copacabana, de Ipanema, que os senhores não fiscalizam? Cobram muito caro. O programa lá é 30 "merréis", 30 "merréis" para comprar livros, remédios para as crianças dela. Então, por favor, sejam juizes, magnânimos juizes como foi Salomão, que tinha o seu harém, tinha o seu harém e tinha mais de 300 mulheres e foi um dos maiores reis de Israel, o Rei Salomão. Magnânimo Salomão julgava com sensibilidade. Já o Rei Davi não foi tão magnânimo assim porque matou a mulher do seu general para ficar com a mulher dele. Mas isso são lições da Bíblia.

E só para concluir, meu querido deputado Jorge Felipe, a razão está com o deputado Rodrigo Amorim. Nunca houve incêndio lá não, deputado. O senhor tem toda razão, a sua afirmação é correta. Sabe por quê? Porque o ilustre deputado Jorge Felipe, ele confundiu, ele confundiu os locais. O Bom Dia Rio, ele realmente nessa data, 19 de janeiro de 2019, deu notícia de um incêndio, sabe onde? Bom Dia Rio: incêndio atinge casa de vilas em Ipanema. Ipanema, está aqui no papai Google. Está aqui no papai Google. Vila Mimosa nunca teve incêndio. E olha, mais uma coisa que o deputado Rodrigo trouxe aqui, de comprovação. Se algum dia houve algum incêndio em Vila Mimosa, o senhor falou que tem lá marcas de chumaços e tudo, elas apagaram. Logo, elas são competentes. Logo, elas têm condições de elas resolverem o problema sem a intervenção do Corpo de Bombeiros e sem brigada. O senhor acabou de dar um atestado de competência dessas meninas. Porque se em algum momento houve alguma vela que chamoscou a casa e teve um princípio de incêndio, elas imediatamente apagaram. Nunca chamaram o Corpo de Bombeiros. Até porque se tivessem chamado o Corpo de Bombeiros, deputado Felipe, se tivessem chamado o Corpo de Bombeiros, nessa data, e o Corpo de Bombeiros não tivesse interditado, nessa data, em razão do incêndio, do pseudoincêndio, se não tivesse, estaria mais uma vez prevaricando.

Então, agradeço o convite, peço desculpas pela emoção, mas esta é uma causa que me emociona, porque fala de gente, fala de seres humanos, fala de dignidade da pessoa humana. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Continuando, só para colocar aqui umas situações. Pedir à secretaria da comissão que encaminhe o vídeo, o áudio para que o exmo. sr. Cláudio Melo que se pronuncie com relação à denúncia aqui feita pelo desembargador com relação ao prédio do TJ que está em praça pública, sem alvará. Pedir, também, que encaminhe à Polícia Civil, à Corregedoria do Corpo de Bombeiros, à Controladoria do Estado e ao governador Wilson Witzel, todas as denúncias feitas junto ao secretário Robadey e ao Corpo de Bombeiros, para que se instaure os procedimentos legais e apure.

O Corpo de Bombeiros foi citado, quer o direito de resposta?

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Sr. presidente, pela ordem. Eu vou fazer uma complementação apenas à fala do dr. Siro. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, doutor.

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Eu ia responder às duas...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não. O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Então, eu concluiria...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deixa eu só dar o direito de resposta rapidamente. Os senhores querem falar?

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Ele vai ter outro direito de resposta, então, porque eu vou emendar a fala do desembargador Siro, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, está bom.

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Embora ele já tenha falado quase a totalidade do que eualaria.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só o microfone um pouquinho mais perto.

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Exmo. sr. presidente da CPI de Incêndio, exmo. sr. deputado Rodrigo Amorim, exmo. sr. deputado Paulo Teixeira, exmo. sr. deputado Doutor Serginho, exmo. sr. deputado Jorge Felipe, com quem nós nos reunimos ontem, esta, embora seja uma CPI das causas de incêndio, é uma CPI que está muito direcionada, e aqui eu quero tentar fazer uma fala próxima à fala do Ivanir, porque acho que não é o momento de acirrar ainda mais, mas nós podemos apagar esses incêndios que estão sendo fomentados, no presente momento. Seria muito importante.

Nós temos aqui, no presente momento, a escancarada seletividade do procedimento; e aí eu não vou imputar isso a CPI. Porque a CPI é política, a Casa é política e tem a ampla discricionariedade, total discricionariedade, discricionariedade que o Poder Executivo não tem. Que o Poder Judiciário não pode ter, o Parlamento tem, mas o Corpo de Bombeiros não. O Corpo de Bombeiros não tem essa possibilidade de formular esses juízos discricionários. Não tem esse negócio de poder de polícia para Corpo de Bombeiros, não. Poder de polícia é o poder que tem o poder público, no exercício regulamentar, de restringir interesses privados em proveito do interesse público - esse é o conceito de poder de polícia. Então, o poder de polícia é o poder de quem edita a norma, não é o poder de quem aplica a norma, não. O senhor confessou uma prevaricação. Quando o senhor diz: eu saio pela rua e encontro um estabelecimento, eu sei que ele não pode funcionar, mas eu não posso sair fechando porque a sociedade não quer isso. Faça uma escolha, ou o senhor vai cumprir normas ou agradar a sociedade. Se o senhor vai atuar num lugar, o senhor tem que atuar no outro. O que o senhor fez foi confessar prevaricação. Se eu fosse o senhor ou saia fechando tudo, ou pensava antes de ser seletivo. O senhor não tem poder de polícia para esses casos, para sair optando onde o senhor vai aplicar a norma ou não. Portanto, o senhor confessou prevaricação quando o senhor fez essa fala aqui.

Sr. presidente, acho que é importante, já que o senhor tomou providência, seria o caso agora, já que nós temos aqui três oficiais do Corpo de Bombeiros e mais o Comandante que não atende a convite, que o senhor também determinasse a providência: por que não fiscalizar as wisquerias da cidade, as casas de massagens, as boates, os hospitais, o Copa D'Or, um prédio daquele tamanho, que não tem rampa. Se houver um incêndio lá, como é que vai descer com as macas? Tem problema aí. Então, temos aqui três oficiais e mais o Comandante Geral que também precisam explicar se estão prevaricando, ser investigados mesmo, se estão prevaricando. Este prédio, esta sala aqui, como é que nós podemos falar aqui em pânico e em incêndio dentro de uma sala desta? Onde estão as setas sinalizadoras de saída, em caso de incêndio? Procura aqui, por favor. Se fosse eu, interditava agora, agora. Então, me perdoa, eu estava prevaricando.

Aquele adesivo que está ali, foi colocado pelo Brigadista que está em pé ali, depois que nós fizemos uma provocação: olha não tem aqui os sinalizadores. Ele diligentemente, foi lá, saiu, voltou e colou aquele adesivo ali, não tive tempo de ligar o celular para fotografar. Ah, o desembargador Siro fotografo. Portanto... Mas não tem sinais de saída, nesta Casa. Então, por favor, sr. presidente, inclua também as diligências para esta Casa, inclusive para esta sala, neste momento, que não tem sinalizador de saída, em caso de incêndio e pânico.

O que nós temos é o que sempre tivemos na história desta cidade: e aí eu vou citar aqui dois autores, o ex-diretor da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura da UFF, Professor Nireu Cavalcanti, que escreveu o livro "Construindo a Violência Urbana", e ele falava dessa seletividade com os pobres. E nós estamos aqui muito próximos de onde foi instalada a cidade oficialmente, o Morro do Castelo, onde hoje está aqui a Esplanada do Castelo, quer dizer, o Fórum. Nesse livro ele diz o seguinte: que os pobres ficaram nas áreas alagadiças, porque os ricos ocuparam as partes altas da cidade, porque não corriam o risco de conviver com as doenças e com as inundações. Uma outra, Erminia Maricato, que ocupou cargo no Ministério das Cidades, na obra: "Para entender a violência urbana". Aqui está falando de violência, mas são arquitetos. Estão mostrando como o poder público massacrava aqueles que já são massacrados. Então, nós temos, no presente momento, mais uma dessas seletividades que remontam a história da cidade do Rio de Janeiro, com confissão de prevaricação. É o que o senhor diz, e o senhor não pode dizer que sai por aí e vê que a casa não está funcionando e que não pode interditá-la por que a sociedade não quer isso.

O senhor não pode formular esse juízo. Os parlamentares podem. Os parlamentares podem formular esse juízo, se a sociedade quer ou se a sociedade não quer; eles são eleitos. Os deputados são eleitos, representam a sociedade para formular leis, discutir as normas, revogar as normas e fazer novas normas. Nós, juizes, e os membros da Corporação do Corpo de Bombeiros não temos esse juízo. Eu não posso sair por aí, ah, eu não vou soltar ou vou prender porque a sociedade não quer. Eu não posso, não ajuízo esse julgamento, e o senhor não pode formular esse juízo. Se o senhor saiu por aí... E neste momento estou comunicando aos senhores que esta sala não atende às normas, e os senhores não tomarem providências, os senhores estarão prevaricando. Assim como o senhor falou e eu concordo com o senhor, nós vivemos num país da informalidade. O Ivanir começou falando isso. Então, vamos pegar suas velas, as fotografias que o deputado Rodrigo Amorim mostrou. Eu acho horrroso, eu acho antiestético esses fios todos pendurados por aí. Mistura fio de alta tensão, de baixa tensão, de NET, de telefonia. Agora, pensar que toda a cidade tem isso. Dá uma passada na Rocinha, desde o Largo do Boiadeiro até o alto, fui juiz de pequenas causas na Rocinha, em 1994, já era complicado, naquela época, hoje é mais. São Clemente, ali, pega ali a subida, pega a subida ali, Morro Dona Marta, Rio das Pedras. Vai lá em Rio das Pedras. Convido para os senhores verem a situação daquilo lá. Não pode ser seletivo. Ou cumpre a norma para todos ou entenda que esta cidade vive, metade da população desta cidade vive na informalidade. Os pobres não tem direito, acesso à casa pelo mercado, e por isso, as áreas não edificantes são que são direcionadas aos pobres. Os pobres só podem morar construindo a própria casa, no fim de semana. Trabalham durante a semana, e no fim de semana vão lá colocar laje e levantar, assentar os tijolos. Então, tem que construir a própria casa e construir onde a especulação imobiliária não ocupou ou não está destinado ao estoque imobiliário, para especulação, hoje, para os fundos imobiliários de investimento. Então, os pobres só podem ir morar onde não é edificante. Exatamente isso, é a precariedade. Mas a precariedade está determinada previamente. E o senhor sabe disso, né?

O senhor, foi o melhor depoimento que eu já vi: nós não podemos sair por aí fechando tudo, porque a sociedade não quer isso. Isso é confissão de que o senhor também está na informalidade, de que o senhor também formula juízo de quando o senhor vai aplicar a norma e quando o senhor não vai aplicar a norma. Mas eu volto a falar para os senhores, os três, coronel Polito, tenente-coronel Marcus e tenente-coronel Anderson: esta sala não atende às normas. Esta sala, neste momento, não atende às normas do Corpo de Bombeiros e, portanto, eu acho que os senhores deveriam tomar uma providência. Não estou aqui como Magistrado e, portanto, não tenho o dever, lá, exposto no Artigo 301, do Código de Processo Penal, de que as autoridades devem prender em flagrante, embora, qualquer do povo possa. Estou aqui como membro da Associação de Juizes para a Democracia, e, portanto, por não cumprir essa determinação Código do Processo Penal, eu não estou prevaricando, porque eu não estou aqui como autoridade. Então, vamos deixar bem claro que eu só não prendo em flagrante, porque eu não estou na qualidade de autoridade aqui, e, portanto, não tenho este dever. Mas qualquer um do povo pode, inclusive, os senhores deputados que também não estão obrigados a este comportamento.

(Fala fora do microfone)

Não, mas o que nós precisamos andar é o seguinte: o mundo do trabalho é um mundo que vive profundamente sacrificado no presente momento. O mundo do trabalho é que vive sacrificado. E, neste momento, no mundo o trabalho tem sido precarizado, e cada vez os senhores vão lidar mais com a precariedade nas relações de trabalho. Cada vez os senhores vão encontrar menos empregos formais. Ontem, eu estive numa reunião, no gabinete do desembargador Siro, com o deputado Jorge Felipe, e foi uma reunião muito prazerosa. Tensa, né? Porque a situação é tensa. Mas terminamos, no final, rindo de algumas situações. Eu estava falando com o deputado Jorge Felipe. O deputado Jorge Felipe disse que, quando esteve lá na Vila Mimosa, as trabalhadoras do sexo da Vila Mimosa que têm um código oficial de ocupação, no Ministério de Trabalho, elas não tinham identidade, tinham apenas carteira de trabalho.

(Fala fora do microfone)

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Isso, mas carteira de trabalho é identidade, e o deputado Felipe disse não, não é identidade, porque não tem fotografia. A minha primeira carteira de identidade foi uma carteira de trabalho. Quando eu vim estudar no Rio de Janeiro, não tinha documento. Tinha que ter um documento, tinha a carteira de trabalho. E aí eu brinquei com o deputado Jorge Felipe, eu disse: o senhor nunca teve uma carteira de trabalho, né? Porque se o senhor tivesse, o senhor saberia que tinha fotografia. Né? E eu trouxe para o deputado Jorge Felipe que deu para a comissão, e eu gostaria que v. exa. anexasse cópia das minhas duas carteiras de trabalho. Uma tirada quando eu tive quatorze anos e a outra que não tinha necessidade, mas quando eu tinha 20, disseram que eu tinha que tirar uma carteira, porque tinha me tornado maior. Para aqueles que não conhecem a carteira de trabalho, a carteira de trabalho tem fotografia e é documento de identidade oficial. Mas isso vai acabar também. Primeiro vão inventar carteiras verde e amarelas, sem direitos, depois...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Favor concluir.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Estou concluindo. Pois não.

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - Então, o trabalho será precarizado. O que nós temos aqui é um trabalho precarizado de pessoas cujas condições de vida já são profundamente afetadas pelas condições socioeconômicas de suas existências, e nós não podemos agravar a apenação dessas pessoas, notadamente, violando o princípio da impessoalidade que está lá no Artigo 37 da Constituição da República, e fazendo vistas grossas para outras situações o que caracterizam o crime de prevaricação.

Sr. presidente, muito obrigado e desculpa se me alonguei. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu vou passar a palavra...

O SR. SIRO DARLAN - Antes eu queria também juntar o meu pronunciamento, posso, deixar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor. Com relação, rapidamente, aqui à carteira de trabalho do exmo. sr. João Batista, agradeço aqui, mas vou pedir à Secretaria que repasse ali para o mesmo se quiser apresentar para alguém, vou indeferir, porque nada tem a ver aqui com a comissão. Só voltando ao tema, só respondendo ao desembargador Siro Darlan, só explicar um pouquinho aqui, como é que funciona o procedimento da CPI. A gente instala e depois a gente define como vai funcionar a CPI. Se a gente vai ter só reuniões, se vai fazer externo, se não vai. Como o objeto diz para apurar inúmeras causas dos incêndios, a ideia é dos incêndios que já existiram e também os incêndios que possam vir a existir se as causas são as mesmas. Então, isso só é possível através de diligências. Então, a gente deliberou diligências externas que poderiam ser através de denúncias ou não. Então, vamos supor aqui, a gente fez no Maracanã, foi uma decisão nossa, vamos ao Maracanã para ver, então, a gente sempre conta com o Corpo de Bombeiros, porque eles que têm o notório saber, apesar de ter uma equipe aqui de Corpo de Bombeiros também que são cedidos à Alerj, eles que tem notório saber.

Com relação à seletividade, esta Casa também foi extremamente rígida ao escolher a Quatro por Quatro. Eu, na condição de presidente, dei a voz de prisão para o dono da Whiskeria Quatro por Quatro porque estava dando falso testemunho. Então, nada tem a ver com as meninas que trabalhavam lá. Houve a morte de quatro bombeiros militares no local, e ele ficava ali fazendo diversas afirmações mentirosas, fantasiosas. Assim, não existe, da parte da CPI, seletividade. Deixar também aqui a todos que existe um pedido de liminar que foi feito pelo Instituto Anjo da Liberdade, no qual a juíza do processo, juíza de direito da 15ª Vara - deixou eu ver aqui se tem o nome da doutora... Não, não tenho aqui, mas enfim.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Isso. Acho que ela não deferiu ainda, ou indeferiu. Ela pediu que o Corpo de Bombeiros Militar se pronunciasse. Acho que já se pronunciou e não teve deferimento. Então, vejo como os senhores estão engajados nessa matéria. Acho também que poderia ter uma conversa na Casa junto com os pares dos senhores, com a juíza, talvez passando essa visão, porque também não compete a CPI a questão aqui desse processo judiciário.

Só, antes, porque a gente precisa avançar e é muito importante a gente avançar, como eu disse, há o Ninho do Urubu. E dizer que esta comissão sempre foi aberta ao diálogo. Quando resolvemos fazer a audiência pública eu deixei claro que nós tínhamos que chamar todos que quisessem ter voz, inclusive o dr. Siro Darlan, sempre muito gentil, fazendo questionamentos, via WhatsApp, e eu sempre, prontamente, respondi e deixei aqui à disposição também, para não ter nenhuma seletividade aqui: "Ah, vai ser só um lado que vai falar". Nada disso, todos aqui vão falar. Mas o deputado Amorim pediu aqui brevemente a palavra. Só dizer que o Corpo de Bombeiros, no que tange a esta CPI, tem sido muito, não só eficiente, mas de uma atenção muito grande a isso. Há situações até que são traumáticas para eles, diante de quatro vítimas do incêndio, que foram da Instituição, e eles vieram aqui e puseram a cara à tapa. Se tiver erro nosso, que se coloque. Então, fazer aqui também um agradecimento com relação ao que o dr. João falou, com relação a esta sala. Também vamos encaminhar à Diretoria-Geral desta Casa e ao presidente André Ceiliano, que se pronuncie.

Bom, vou passar a palavra...

O SR. SIRO DARLAN - Sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. SIRO DARLAN - V. exa. mencionou minha palavra.

Quero dizer que, em nenhum momento afirmei que esta CPI é seletiva. Pelo contrário, eu enobreço a atividade de v. exas. A seletividade é por parte do Corpo de Bombeiros. São eles que - e aqui foi confessado isso -, foram eles que disseram que veem e não fazem nada, porque a sociedade não quer. Mas quando interessa a eles, eles fazem como estão fazendo com as pobres meninas. E com relação à nossa intervenção ao processo judicial, isso é absolutamente proibido pela Lei Orgânica da Magistratura e pelo Código de Ética. Nós podemos, como estamos fazendo, nos manifestar aqui, nesta ilustre comissão, mas jamais poderemos chegar para nenhum juiz para exercer nenhum tipo de pressão nem sequer um pedido ou um depoimento, porque nós estaríamos incorrendo contra a ética e violação à independência da juíza que vai decidir.

Eu não faço nenhum juízo de valor sobre o que ela está examinando. Compete a ela, exclusivamente a ela. Isso é um dos pontos maiores da Magistratura: é a independência do juiz de decidir sem qualquer tipo de pressão. Então, eu jamais entrei em contato com a colega e vou respeitar a decisão dela. Não digo se teria decidido diferente ou não, porque também estaria incorrendo em ato antético, mas compete exclusivamente à minha colega a decisão sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, doutor.

Deputado Rodrigo Amorim.